

ATA DE CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL

Realizada nos termos do n.º 3, do artigo 86.º e do n.º 1 e n.º 2 do art.º 119.º
do RJIGT, revisto pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio

IDENTIFICAÇÃO DO PLANO:

Designação	Plano de Pormenor do Centro Hospitalar
Localização	Barcelos
Processo	DSOT-IGT_74/2019
Data	06 de Abril de 2021

Pelas 10:00 do dia 06 de Abril de 2021, reuniu por Videoconferência, a conferência procedimental destinada a apreciar e emitir parecer sobre a o Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos - PPCHB

Estiveram presentes as seguintes entidades, representadas por:

Entidade	Representante
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte - CCDRN	Dr.ª Cristina Guimarães Dr.ª Irene Fontes Arq.ª Gabriela Silva
Câmara Municipal de Barcelos	Eng.º Hugo Lomba
APA - Agência Portuguesa do Ambiente, Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH-Norte)	Eng.º Sérgio Fortuna
Infraestruturas de Portugal S.A., Gestão regional de Viana do Castelo e Braga - IP	Eng.ª Luísa Cordeiro Dr.ª Elsa Gomes
Administração Regional de Saúde do Norte – ARS-N	Arq.ª Silvina Duarte



E a equipa responsável pelo proposta de Alteração do PPPC:

Entidade	Representante
GEOATRIBUTO	Eng.º Manuel Miranda Arq.ª Beatriz Konstantinovas Dr.º Ricardo Almendra

A Dr.ª Cristina Guimarães deu início à Conferência, agradecendo a presença de todas as entidades e seus representantes.

Começou por informar que existiam diversas questões levantadas sobre o projeto no parecer da CCDR, e convidou a Câmara Municipal a apresentar a proposta do plano, de modo a poder se compreender melhor os objetivos deste Plano de Pormenor.

O Eng.º Hugo Lomba, representado a Câmara Municipal de Barcelos, passou a palavra ao Eng.º Manuel Miranda, responsável pelo projeto, de modo a que este pudesse ser explicado de uma forma mais extensa.

O Eng.º Manuel Miranda explicou que o objetivo deste Plano de Pormenor era o da criação de uma área a disponibilizar ao Ministério da Saúde pelo município, com o objetivo da criação do novo centro hospitalar, havendo a necessidade desta área ir de encontro ao Plano Diretor Municipal. Indicou que os principais entraves à criação partiam do limite de construção em quatro pisos na área em vigor, assim como da inventariação do património, que teria de seguir as normas do Plano Diretor Municipal.

Sobre estas normas, o Eng.º Hugo Lomba pronunciou-se, indicando que as normas tinham sido aprovadas em reunião de câmara e que seriam enviadas para a CCDR para a conferência procedimental de alteração.

O Eng.º Manuel Miranda indicou que a solução encontrada para o plano seria a da criação de uma área urbanística centrada no novo centro hospitalar, com áreas de habitação separadas em quarteirões. Indicou também que, devido às dimensões da zona a alterar, este plano seria realizado por partes, existindo uma grande flexibilidade nas características das diversas áreas, tendo sido fixadas apenas os prazos finais de conclusão de cada uma das fases. Adicionalmente, indicou que seria construída uma nova via de circulação, sendo esta uma variante à estrada regional que liga o centro da cidade à zona onde seria construído o centro hospitalar, estando



de momento à espera do parecer das Infraestruturas de Portugal, entidade responsável pela criação destas vias.

Sobre o plano, a CCDR questionou o nível de infraestruturação na área designada para este novo centro hospitalar.

Considerou o nível de flexibilidade do plano muito elevado, indicando que este não era suficientemente detalhado para poder ser um plano de pormenor, indicando alguns exemplos de falhas de detalhe, nomeadamente o facto de os espaços públicos não estarem completamente definidos e a nova via de circulação estar incluída no plano quando ainda não havia certezas sobre a sua construção, assim como não haver data prevista para a criação das futuras áreas verdes. Indicou também que a falta de detalhe leva a que mesmo a estrutura fundiária do plano não estaria completamente definida.

Indicou que as definições utilizadas não seguiam sempre o decreto regulamentar 25/2009, e que não foi apresentado nenhuma previsão final da área, no caso de haver criação de uma urbanização neste local. Por fim, indicou que o nível de detalhe estava o de um Plano de Urbanização, sendo que no entanto este projeto teria de ser um Plano de Pormenor, o que necessita de mais detalhe.

Sobre estas questões, o Eng.º Manuel Miranda indicou que apenas existe infraestruturação na via principal já existente (estrada regional), sendo que a Câmara estaria responsável pela criação das infraestruturas nas novas vias, e o Ministério da Saúde no novo centro hospitalar, sendo que para os diferentes loteamentos os responsáveis seriam os proprietários.

Indicou que todo o espaço público estava completamente fixado, no que diz respeito a estacionamento, e que a existência da nova via de circulação não mudaria o plano, visto que estava programado estacionamento suficiente para compensar a possibilidade de a via não ser construída. Indicou também que em termos urbanísticos o plano encontra-se correto, questionando a necessidade de haver mais pormenores para o plano ser de pormenor.

A Dr.^a Cristina Guimarães propôs uma reunião de concertação entre a CCDR e a equipa responsável pelo projeto, de modo a que pudessem ser resolvidas os pormenores necessários a alterar no projeto, e convidou os outros intervenientes na conferência a darem os seus pareceres.

A Eng.^a Luísa Cordeiro, representante das Infraestruturas de Portugal, começou por informar que o parecer da sua entidade, no que diz respeito à criação da nova via de circulação, iria ser

enviado até ao final do dia, indicando no entanto que este seria negativo, indicando também os motivos para este parecer.

Indicou que o plano não respeitava as designações do plano rodoviário nacional, respetivamente do Decreto-Lei n.º 222/98, que a representação da rede rodoviária não se encontrava correta, e que a planta de implementação teria que ter em atenção os diferentes níveis hierárquicos das vias.

Informou sobre a necessidade, para intervenções que impliquem alterações na rede rodoviária sob jurisdição das Infraestruturas de Portugal, de estarem compatibilizadas com estudos e projetos em curso nesta instituição.

Indicou que o projeto remetido caracterizava de forma objetiva o empreendimento, mas através de um modelo de micro-simulação, foi concluído que seria espetável a existência de problemas de capacidade, que criaria filas de espera que poderiam fazer colapsar todo o sistema de tráfego por períodos prolongados.

Como solução para este problema, propôs a necessidade de reformular a nova via de circulação, indicando a necessidade de minimizar os pontos de acesso à rede nacional, e se necessário, o recurso a soluções como semáforos ou rotundas. Indicou também a necessidade de demonstrar que uma futura solução proposta iria funcionar sem problemas de capacidade.

O Eng.º Manuel Miranda inquiriu sobre a possibilidade desta nova via passar para a responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, por troca com a anterior, que passaria a ser da responsabilidade da Câmara Municipal, tendo obtido como resposta que esse tipo de plano teria que ser proposto às Infraestruturas de Portugal pela câmara para análise.

A Arq.ª Silvina Duarte, representante da Administração Regional de Saúde do Norte indicou que não recebeu nenhum documento relativo a este processo, sendo por este motivo não possível para a sua entidade pronunciar-se sobre este de momento.

Neste sentido, a Dr.ª Cristina Guimarães pediu ao Eng.º Hugo Lomba para disponibilizar com a maior brevidade todos os documentos no PCGT, e à CDDR para reenviar os documentos pela sua parte, de modo a que a ARS-N pudesse fazer a sua análise e dar o seu parecer sobre o processo o mais brevemente possível.

Pela APA/ARH-Norte, o Eng.º Sérgio Fortuna começou por informar que não existiam alterações ao último parecer do projeto indicado pela sua entidade, que tinha sido positivo. No entanto, inquiriu sobre a existência de infraestruturas de drenagem de águas pluviais, cuja

existência ele considerou bastante importante, apesar de não obrigatória pela legislação em vigor.

Sobre esse ponto, o Eng.º Hugo Lomba indicou que as infraestruturas de drenagem pluviais estão previstas no plano de pormenor, não estando no entanto dimensionadas. O Eng.º Manuel Miranda acrescentou que o curso do escoamento iria terminar a poente num previsto espaço verde, mas indicou a necessidade de fazer mais estudos sobre esta infraestrutura, de modo a que esta seja dimensionada mais corretamente.

Como conclusão da reunião, ficou decidido a marcação de uma reunião de concertação, entre a equipa responsável pelo projeto e a CCDR, de modo a poderem melhorar o plano e corrigir os problemas indicados pela CCDR, sendo também indicada a possibilidade de marcação de uma reunião de concertação entre a equipa responsável e as Infraestruturas de Portugal, caso seja considerado necessário após a equipa responsável pelo projeto analisar e corrigir o indicado no parecer que seria enviado pela IP posteriormente no mesmo dia.

Não havendo mais nada a acrescentar, a Arq.^a Gabriela Silva, em substituição da Dr.^a Cristina Guimarães que se necessitou de ausentar por motivos de força maior, deu por finda a Conferência Procedimental.